

Contestação estudantil nos anos Quarenta

origem da ruptura aludida, se aprova por esmagadora maioria o princípio de ser incompatível com a dignidade e a soberania da Academia qualquer processo que não o da eleição livre; e o de se considerar indignos do convívio académico quaisquer estudantes que aceitassem lugares numa comissão administrativa imposta à Academia.

Eram princípios de transparente inspiração democrática que se havia de revelar tão incompatíveis com o regime como as prometidas «eleições tão livres como na livre Inglaterra». Não durou mais de cinco meses aquela direcção eleita, durante os quais o jornal «Via Latina», editado pela AAC, foi tendo nos seus cinco números tiragens crescentes, as quais subiram de 650 para 2000 exemplares! Não obstante o apoio da Academia, não logrou a direcção ver reconhecido o restabelecimento de representantes estudantis no senado universitário e na assembleia geral da universidade, nem tão pouco o direito a realizar um almejado Congresso de Estudantes Universitários Portugueses.

Um episódio significativo, ainda relacionável com as manifestações populares de regozijo pelo triunfo das democracias, em 8 e 9 de Maio, conferiu às autoridades o pretexto para demitir a direcção académica eleita. Na verdade, os poderes constituídos decidem o que pode entender-se por uma contramanifestação: uma concentração, em Lisboa, programada para 19 do mesmo mês, destinada a exprimir aos presidentes da República e do Conselho o reconhecimento por terem mantido Portugal à margem da Guerra... Convidado pelo reitor da universidade a estar presente em Lisboa, com colegas seus da direcção, Francisco Zenha, por entender tratar-se de uma manifestação política, faz depender a resposta de consulta a uma assembleia geral. Esta delibera recusar o convite. Dez dias depois a direcção é demitida. O reitor havia objectado: «a simples gratidão obrigava todas as pessoas de alma bem formada a manifestar o reconhecimento a quem nos livrou das calamidades que tantos outros sofrem». A presença seria «um acto de puro civismo», a recusa é que teria significado político...

Entendia o contrário o prestigiado dirigente académico e com ele a Academia,

14



Nos anos 40: calar a razão da greve pela força

invocando o preceito estatutário das associações de estudantes que as obrigava a desenvolver actividades com alheamento de referências políticas e religiosas. É claro que a presença, como a deliberada ausência, na contramanifestação de Lisboa eram actos políticos. A alegada neutralidade ideológica das associações estudantis servia, em princípio, os objectivos estritamente académicos das associações: constituída um factor favorável à unidade dos estudantes e à autonomia, num regime politicamente autoritário, daqueles organismos estudantis. Durante a ditadura, quase toda a história das relações entre as associações de estudantes e o Poder se desenrolará, por força da lei e da prática de um regime com aquela característica, no quadro destas coordenadas: as associações alegando a apoliticidade da sua postura e da sua conduta, o Poder crismando uma e outra de políticas quando inconformes com as directrizes e as práticas do regime. Era o caso da orientação programática da direcção demitida e o processo da sua legitimação por via electiva.

A juventude e o momento político no pós-Guerra

O capital de experiência, bem como de prestígio, especialmente entre a juventude estudantil, do presidente demitido em Maio de 45 aparece publicamente investido, antes do fim do ano, após as «eleições», na subscrição do documento «A Juventude e o actual momento político português», elaborado em Coimbra. É um vi-

“ Em 47, pela Primavera, (...) camponeses, operários, estudantes, alguns militares povoam as prisões

ruento libelo acusatório de «um Governo totalitário», em que se proclama a vontade e a esperança de «uma solução pacífica da crise política [por «sufrágio livre»] que reconduzisse em Portugal livre ao seio da comunidade das Nações livres». Mais tarde, Zenha, como Soares, são membros da comissão central do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ). No elenco dos promotores do documento de Coimbra e daquela comissão é maioritário o número de estudantes do ensino superior — ou de licenciados vindos de diplomar.

Não obstante, nas actividades e nos documentos do MUDJ os problemas dos trabalhadores eram sistematicamente ventilados. Na única sessão pública deste organismo paralegal autorizada (Março de 47) as questões da juventude operária tiveram o seu lugar, ao lado dos da juventude estudantil e da juventude feminina. Na comissão central tinham de resto assento uma estudante de Direito, Fernanda Silva, e dois trabalhadores, um dos quais Octávio Pato, compôs, com M. Soares, o binário propulsor do organismo central. A resistência de assalariados agrícolas e de trabalhadores da produção — concentrações, greves, ilegais — animada por quadros e militantes do clandestino PCP, tivera especial importância em 44 e 45. Em 47, pela Primavera, a repressão abateu-se duramente sobre movimentos sociais e políticos de oposição paralegal e clandestina ao regime, incluindo tentativas «putschistas». Camponeses, operários, estudantes, alguns militares, povoam as prisões. E na sequência do espancamento pela polícia de alunos e professores na Faculdade de Medicina de Lisboa, três dezenas de professores e assistentes, muitos deles de elevado prestígio científico e pedagógico são demitidos. Cerca de dez anos depois, novo afrontamento significativo dos estudantes com o Governo, mas nos limites de uma legalidade estritamente académica, como se verá na crónica seguinte.

(1) V. Os Estudantes no Regime Fascista. Comissão do Livro Negro..., 1983

(2) V. Natália Correia, A Questão Académica de 1907, 1962; Mário Braga, A Academia e a República, 1969. Repare-se nas datas: são um livro e uma conferência de intervenção.

(3) Em duas ou três páginas, dei testemunho do que significaram para mim aquelas jornadas: educados (escola, média) na hipocrisia do discurso nacionalista oficial, o radicalismo adolescente e juvenil levava-nos, em processo reactivo, ao desamor — julgávamos — das nossas coisas. Naqueles dias — outros terão experimentado o que eu experimentei — sentindo pulsar as energias vitais de uma Pátria desperta, «reconciliei-me» com ela, definitivamente. (Educação e Processo Democrático em Portugal, 1981: 58-60)

(4) Informação contida em documentos a que por mediação de Zenha tive acesso, graças à cortesia do eng.º A. Pinto de Abreu, que foi também titular da direcção eleita.

(5) Correspondência entre Mário de Figueiredo e Salazar. Comissão do Livro Negro..., 1986: 65.

Conflito estudantil